O património ainda será de Ferro? Um olhar sobre a patrimonialização no Estado Novo e no globalizado século XXI

CÂNDIDA CADAVEZ, Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (Universidade Católica Portuguesa) e Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (Portugal)

RESUMO

Segundo David Lowenthal, o património ajuda a evocar identidades e a situar memórias, atraindo públicos e promovendo aspetos da rotina social, sempre com o propósito de especificar comunidades (vd. Lowenthal, 1996: 45). Por isso, todos os grandes poderes fazem gala em exibi-lo e celebrar o seu alegado caráter único (vd. ibidem: 41, 47).

Este artigo pretende identificar a voz e o ensinamento dos poderes que agenciam a orgânica da patrimonialização em ambientes concretos. Assim, evoca-se a pertinência do património nos primeiros anos do regime de Salazar e o modo como veiculou lições ideológicas, nomeadamente em práticas *a priori* meramente turísticas, algumas encenadas pelo principal arquiteto da imagem da "Nação" nos primórdios do regime, António Ferro. Pretende-se, também, compreender se, no início do século XXI, o "património" sistematizado pela propaganda do Estado Novo ainda povoa o imaginário coletivo nacional.

Num momento em que as inevitabilidades da globalização dividem públicos entre os que as vêm como um aniquilador de identidades, e os outros que as entendem como um impulsionador para a preservação identitária, urge igualmente averiguar o entendimento que é feito de "património" e as reais motivações para que a patrimonialização e a conservação patrimonial sejam rótulos recorrentes de discursos contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Património, turismo, António Ferro, poder, globalização.

WHAT ARE WE TALKING ABOUT WHEN WE TALK ABOUT HERITAGE? DISCUSSING THE MEANING(S) OF HERITAGE IN ESTADO NOVO AND IN THE GLOBAL 21ST CENTURY

ABSTRACT

According to David Lowenthal, patrimony helps to evoke identities and to locate memories, thereby attracting audiences and promoting social routines with the purpose of specifying communities (vd. Lowenthal, 1996: 45). Therefore the powers enjoy exhibiting and celebrating the uniqueness of patrimony (vd. ibidem: 41, 47).

This paper identifies the voices and lessons conveyed by certain powers that curate patrimony. It considers the importance of heritage in the first years of Salazar's regime and how it was used to spread ideological lessons, namely in apparently touristic practices. Some of those narratives were conceived by António Ferro, the main designer of the image of the new 'Nation'. It is also our purpose to understand

if in the outset of the 21st century the patrimonial representations selected by the propaganda of *Estado Novo* still make sense within the national collective imagery.

The inevitabilities of globalization are separating those who see them as a killer of identities from those who understand them as triggers to preserve identities. At the same time it is also important to understand the contemporary meaning of patrimony and the real motivations behind contemporary speeches that keep insisting on labels such as patrimonialization and the recovery of patrimony.

KEYWORDS: Patrimony, tourism, António Ferro, power, globalization.

Este artigo discute o significado de "património" em dois contextos nacionais concretos, i.e. os primórdios do Estado Novo e o globalizado início do século XXI. Importa identificar, nesses momentos distintos, o primeiro caracterizado por ter sido um regime de cariz nacionalizante e autocrático, e o segundo pintado pelos traços rápidos e líquidos da globalização pós-moderna (vd. Bauman, 2000), as intenções daqueles que agenciam a orgânica da patrimonialização e quais os eventuais poderes que são exibidos.

1. "PATRIMÓNIO"

As palavras de Marc Augé revelam-se particularmente úteis e pertinentes para nos conduzir à reflexão inicial necessária acerca do significado e da pertinência da expressão "património" quando nos alertam para o seguinte:

> O espaço está cravado de monumentos não directamente funcionais, imponentes construções de pedra ou modestos altares de terra, perante os quais cada indivíduo pode ter o sentimento justificado de que, na maior parte dos casos, lhe são preexistentes do mesmo modo que lhe hão-de sobreviver. *Estranhamente, é uma série de rupturas e descontinuidades no espaço que figura a continuidade do tempo.*
> Augé, 2005: 53; itálicos nossos

O primeiro papel representado por aquilo que se designa por património — seja ele construído, natural ou imaterial — consubstancia-se na apresentação e na confirmação de memórias geralmente coletivas, que situam sujeitos numa tessitura de identidades e continuidades de que não se pode, nem se quer, por norma, escapar. Assim, essas diversas representações dispersas por um espaço que interrompem e mapeiam acabam por ser entendidas como ícones autorizados que permitem reconhecer comunidades através da evocação de alegados momentos históricos, espécies endémicas ou mesmo rituais de convivência. Como afirmam Prentice e Anderson, as diversas representações patrimoniais assumem-se e são entendidas como evidências óbvias de essencialismos e veículos de transmissão e validação de memórias culturais, estimulando a familiaridade com culturas locais, regionais ou nacionais (vd. Prentice e Anderson, 2007: 661-676).

Regimes políticos semelhantes àquele que foi vivido em Portugal até 1974 assumem muito claramente a vontade de proteger e recuperar o que denominam como património da "Nação" por entenderem identificar nessas representações eleitas poderosos instrumentos de legitimação ideológica. Esses símbolos deverão servir

como narrativas das verdades através das quais uma determinada comunidade quer ser reconhecida. Por outro lado, urge recordar como o património é também um recurso vulgarmente usado para consolidar as histórias e as representações de destinos de lazer. Cumprindo a sua função de evocar identidades e situar memórias, em contextos turísticos o património atrai diferentes públicos aos quais exibe lições e certezas com o intuito de especificar comunidades (vd. Lowenhal, 1996: 45) de acolhimento. Igualmente neste âmbito, é assumida uma missão de proteger exibições de uma dada cultura local, regional ou nacional replicada não só nas artes e nos comportamentos "tradicionais" e "autênticos" do povo, mas também no património natural e construído, enquanto emblemas da perenidade e da universalidade autóctones.

2. ESTADO NOVO E PATRIMÓNIO

> (…) a História de Portugal está admiràvelmente escrita, dêsde o início da nossa nacionalidade, em todos os monumentos guerreiros ou religiosos que se encontram a cada canto, e tão firmes quási todos êles na terra, que de tão belos parecem desafiar o tempo, e tão vivos que dir-se-ia quererem viver para além da morte.
> *Viagem. Revista de Turismo, Divulgação e Cultura*, fevereiro de 1941:1

A razão por que o regime de Salazar valorizava tanto o património, as "páginas vivas da nacionalidade" (*A Cultura Portuguesa e o Estado,* 1945: 50), está bem patente nas palavras em epígrafe. As medidas de recuperação patrimonial foram, ao longo de todo o regime, enaltecidas e entendidas como uma das principais mudanças trazidas pela Revolução Nacional de 1926. A par da busca da beleza e do conforto estético, tais políticas visavam aumentar o património moral da "Nação", i.e. recuperar provas da grandeza pátria e, assim, agregar os nacionais em torno de uma identidade inequívoca, com o propósito de transmitir uma imagem coesa e clara de Portugal, quer para o exterior, quer para os próprios portugueses. Anos depois de a Sociedade de Propaganda de Portugal ter inventariado o património nacional, e ainda antes da criação do Ministério das Obras Públicas, em 1932, o Conselho Nacional de Turismo viu referida como uma das suas tarefas mais expressivas a "caracterização dos nossos monumentos e a catalogação da nossa riqueza arqueológica e artística, e subvencionando as obras de mérito inconcusso, trasladando-as para outras línguas e fazendo-as circular gratuitamente no estrangeiro" (decreto n.º 17:605, 15 de novembro de 1929).

Data do ano de 1929 a fundação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, integrada no Ministério do Comércio e Comunicações, que, nas palavras de Margarida Acciaiuoli, materializava a ordem patrimonial que o novo regime instaurara e que defendia as práticas de restauro que valorizassem o passado e as características nacionais (vd. Acciaiuoli, 1998: 11). Maria João Neto defende que este organismo servia a necessidade de preservar a memória histórica criada pelo regime, pelo que são alvo de restauro os monumentos que, aos olhos do Estado Novo, melhor "autenticam os momentos de triunfo da Nação secular" (Neto, 2001: 145) pela evocação que fazem de episódios-chave de Portugal, como a descoberta do caminho marítimo para a India ou a restauração da independência.

O *Diario de Lisbôa* de 24 de novembro de 1937 referia que nesta direção geral existia "uma intenção que não esmorece, um pensamento fecundo que se manifesta no labor patriótico de «reparar» (…) os monumentos que mais padeceram de um certo tipo de vandalismo que durou durante anos" (*Diario de Lisbôa*, 24 de novembro de 1937: 1).

Um decreto-lei de fevereiro do ano seguinte reiterava que

> Não podem ser consideradas injustificadas as medidas de defesa do património artístico e histórico da Nação, nem se ignoram os resultados obtidos da firme e criteriosa execução das medidas referidas, nomeadamente nos últimos anos, em que, sob o impulso da Revolução Nacional, se deu desenvolvimento de vulto à obra de conservação e reconstrução de tantos dos nossos principais monumentos. (...) *Estas providências, apesar de impostas principalmente por motivos de ordem estética, vão contribuir para aumentar o património moral da Nação.*
> Decreto-lei n.º 28:468, 15 de fevereiro de 1938; itálicos nossos

Três anos depois da criação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Repartição de Jogos e Turismo declarava, através do decreto n.º 21:261, de 20 de maio de 1932, a existência de "sítios e locais de turismo e monumentos naturais a que é mester conservar a sua feição pitoresca, adoptando preceitos adequados a subtraí-los ao mau gôsto, intolerância e caprichos da acção humana". Esta parece-nos ter sido uma ferramenta jurídica particularmente importante no âmbito da valorização do património, pois, além do acima exposto, o seu artigo 2.º estipulava que tais espaços e monumentos não poderiam jamais ser intervencionados sem a autorização do Governo, depois de ouvido o Conselho Nacional de Turismo.

A verdade é que, ao longo dos primeiros anos do Estado Novo, assistimos a uma profusão legislativa que visava classificar monumentos e espaços patrimoniais, dava conta de edifícios que passavam a ser património do Estado, anunciava a construção de monumentos, prestava contas de verbas usadas em restauro, e autorizava a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos a celebrar contratos para a execução de obras de conservação, entre outras prorrogativas.

Porém, já no documento que forneceu os alicerces jurídicos que autorizavam o novo paradigma político, a Constituição Portuguesa de 1933, é clara a importância que o património viria a desempenhar para efeitos de propaganda e de validação do regime. Assim, o artigo 52.º desta constituição indica de modo inequívoco que "estão sob a protecção do Estado os monumentos artísticos, históricos e naturais, e os objetos artísticos oficialmente reconhecidos como tais". Além disso, também os inúmeros "discursos e notas políticas" de Salazar nos permitem, através da evocação de exemplos concretos, melhor entender o modo como o Estado Novo, na senda daquilo que sucedia em paradigmas políticos que admirava, apregoava insistentemente o valor do património nacional. Assim, o Presidente do Conselho considerava que o património construído representava um valioso e indiscutível capital simbólico da grandeza da "Nação", destacando as regiões de Aljubarrota e da Batalha:

> [*O]s sítios de Aljubarrota e a Batalha devem ser os lugares de entre todos eleitos para as grandes peregrinações patrióticas*, e eu quisera que no próximo ano ali acorressem de todos os cantos de Portugal milhares, centos de milhares dos portugueses de hoje, sobretudo a mocidade, para verificar e robustecer, ao calor dum passado heróico, a sua devoção patriótica. (…) [A]li repousam os que consolidaram a independência de Portugal e assentaram as bases da sua grandeza futura.
> Salazar, 1945 [1937]: 55-56; itálicos nossos

O tema era tão pertinente que chegou a ocupar a atenção dos delegados ao I Congresso da União Nacional, uma reunião magna que aconteceu em Lisboa, em 1934, e que constituiu um marco importante para reafirmar e divulgar o esperado balanço favorável dos primeiros anos de vida do regime. Foi neste contexto de exaltação nacionalizante criada por afirmações que destacam Portugal do resto do mundo, que escutámos afirmações que incentivavam o desenvolvimento do setor turístico por este ser um "fixador das riquezas materiais e morais do património (...) duma consciência nacional do passado, do presente e do futuro" (Torres, 1935: 71). A atenção dada ao restauro dos monumentos e do restante património construído foi evocada nesse congresso como uma estratégia que devia ser valorizada, enquanto instrumento de recuperação das glórias passadas e de correção dos erros feitos antes da designada Revolução Nacional. Na comunicação intitulada "Monumentos Nacionais — Orientação técnica a seguir no seu restauro", Henrique G. da Silva reforçou esta importância, quando referiu que

> a obra realizada nos últimos anos é das que afirmam que o País, sem deixar de acalentar os naturais anceios pelas conquistas da civilização moderna, voltou ao Passado no culto dos seus Monumentos, restaurando uns, conservando outros, dando, enfim, a todos a pureza da sua traça primitiva.
> Silva, 1935: 55

Também o I Congresso Nacional de Turismo, realizado em Lisboa em 1936, se ocupou desta questão tão cara ao regime. Destacamos a tese apresentada por Mário Cardozo intitulada "Museus e monumentos nacionais no desenvolvimento do turismo", que concluiu ser indispensável ao país cuidar "essencialmente das suas instituições culturais e sociais, que são os elementos da mais sólida e verdadeira propaganda, capazes de reter a atenção do viajante que passa" (Cardozo, 1936: 4). Mário Cardozo defendeu ainda que os monumentos e museus constituíam lições eficazes para os visitantes aprenderem acerca do destino, destacando o papel dos castelos, que, entendidos como símbolos da fundação do país, deveriam ser classificados como monumentos nacionais (vd. ibidem: 4, 6).

Neste âmbito, o regime aconselhava a que o património identificado como icónico fosse visitado pelos populares, para o que aliás terá contribuído de modo assinalável a criação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, no ano de 1935, através dos inúmeros passeios e excursões que organizou no sentido de dar a conhecer as belezas patrimoniais da "Nação" e, assim, oferecer às massas trabalhadoras momentos de pedagogia nacional(izante) disfarçados de meras deambulações turísticas. Locais que evocassem ocasiões entendidas pelo regime como marcantes para a história da "Nação" eram frequentemente descritos e indicados como destinos a visitar. Incluímos nesta categoria, por exemplo, a zona da Batalha e de Alcobaça, Guimarães, Queluz ou Lisboa, apresentados como verdadeiros museus da "Nação", decorados com o património e os monumentos que melhor demonstravam a essência de Portugal (vd. *Diario de Lisbôa*, 7 de fevereiro de 1933: 1, *Diario de Lisbôa*, 10 de fevereiro de 1933: 1, *Diario de Lisbôa*,10 de maio de 1937: 1, ou *Diario de Lisbôa*, 15 de maio de 1937: 1). Os portugueses eram, pelos mesmos motivos, ainda convidados a visitar os "castelos semeados por todo o País, ruínas de um passado de imponência e galhardia, as suas igrejas romanicas, símbolos tão vivos duma fé que foi muito viva!" (Pinto, 1936: 7), tendo o *Diario de Lisbôa* chegado mesmo a afirmar que visitar os castelos portugueses era uma romagem obrigatória de todo o bom português (vd. *Diario de Lisbôa*, 8 de agosto de 1933: 1).

3. O PATRIMÓNIO DE FERRO

O opúsculo *Cadernos da Revolução Nacional. Portugal de Ontem. Portugal de Hoje. Portugal de Amanhã*, editado pelo Secretariado de Propaganda Nacional, denunciou também a preocupação do regime com o património, quando assinalou que os "monumentos nacionais, quási abandonados, muitos quási totalmente em ruínas, receberam do Estado Novo oportuna e benéfica protecção" (*Cadernos da Revolução* Nacional, s/d: 64-65), o que permitiu que os mesmos fossem salvos da ruína, passando a constituir documentos preciosos e venerandos das eras passadas (vd. ibidem: 64-65).

Ainda com o intuito de tentar demonstrar a importância atribuída ao património, enquanto símbolo da continuidade e do equilíbrio históricos existentes no regime salazarista, recordamos o álbum intitulado *Representação A Sua Excelencia O Presidente Do Ministerio Doutor Antonio De Oliveira Salazar Para Que Seja Construido Em Sagres O Monumento Digno Dos Descobrimentos E Do Infante* e que foi publicado em 1935. Incluía mais um dos diversos projetos que vinham sendo elaborados para a realização de um monumento evocativo do Infante D. Henrique, figura, aliás, com quem Salazar era amiúde comparado. Do texto que acompanha as imagens das maquetas propostas, citamos parte de uma longa exposição que legitimaria esta edificação, porque nela encontramos uma clara evidência da vontade que o regime tinha de construir obras, que o eternizassem tal como acontecera no passado, pois que

> surgem perfeitas e grandes porque nelas colabora um princípio espiritual dirigente, uma fé colectiva e o génio dos artistas, criadores mas integrados, sob uma comum direcção espiritual, num plano mais vasto. (...) A ideia directriz é dada pela fé religiosa e nacional representada pelos próprios Governantes, transmitida por homens de Igreja e de Govêrno. Não deverá de novo o Govêrno da Nação (...) fazer com que realize a obra de arte colectiva que exprima todo o valor criador da Nação Portuguesa na sua época? (...) *O que importa é que o Chefe do Govêrno saiba escolher o que mais e melhor pode engrandecer a Nação.* (...) E a grande e nova consagração dos Descobrimentos será perfeita e eterna".
>
> *Representação A Sua Excelencia O Presidente Do Ministerio Doutor Antonio De Oliveira Salazar Para Que Seja Construido Em Sagres O Monumento Digno Dos Descobrimentos E Do Infante*, 1935: s/p; itálicos nossos

Em 1945, numa já usual manobra de recapitulação da obra feita pelo regime, o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo editou o livro *A Cultura Portuguesa e o Estado*, no qual se referia o restauro, nos últimos anos, de mais de duas centenas e meia de monumentos de acordo com a traça original, num ato de "devoção patriótica para influir na educação" (*A Cultura Portuguesa e o Estado*, 1945: 53). Poucos anos depois, em 1949, a obra *15 Anos de Obras Públicas 1932-1947* reiterou a certeza de que a conservação dos monumentos nacionais era algo que prestigiava a "Nação" (vd. Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1948: 9).

Pelo atrás exposto, é fácil entender que o regime salazarista se tenha igualmente destacado no domínio das obras públicas. A prová-lo cumpre-nos realçar a Exposição de Obras Públicas 1932-1947, cuja comissão executiva era presidida por Eduardo Rodrigues de Carvalho, engenheiro inspetor superior do Conselho Superior de Obras Públicas. Do catálogo dessa exposição retemos o louvor feito à política do Estado Novo por ter sabido criar na população o orgulho de pertencer à "comunidade da Nação" (vd. *Guia da Exposição de*

Obras..., 1947: s/p), e o reiterar da crença oficial, segundo a qual caberia ao Estado indicar aos seus cidadãos aquilo que deviam ver e observar:

> o português é, por sua natureza, pouco observador e muito esquecido, nunca será de mais relembrar-lhe o caminho andado, levando-o a concentrar a sua atenção, ainda que só por momentos, no extraordinário esforço despendido, e a poder assim apreciar os benefícios que para o país têm resultado da política financeira, económica e social que, com firmeza sem precedentes, vem norteando a nossa governação pública no período de paz e de progresso dos últimos vinte anos da vida nacional.
> ibidem: s/p

Num outro passo da introdução ao catálogo desta exposição, Jorge Segurado foi mais longe ao referir que se pretendeu que a mostra "ofereça, com naturalidade, uma «leitura» nítida e sóbria do que pretende contar" (ibidem: s/p).

As iniciativas oficiais realizadas em prol da defesa e da recuperação patrimoniais eram tema recorrente na imprensa como forma de divulgar à "Nação" aquilo que o regime resultante da Revolução Nacional concretizava para manter as memórias da sua história. A maioria das notícias referia as verbas despendidas, as medidas tomadas, os casos particulares, como foi a conversão do antigo Mosteiro de Santa Engrácia em Panteão Nacional (vd. *Diário de Notícias*, 20 de janeiro de 1935: 1), todos os restauros que seriam exibidos por ocasião do Duplo Centenário (vd. *O Seculo Ilustrado*, 27 de maio de 1939: 16-17), ou a especificidade associada à recuperação do Castelo de São Jorge, em Lisboa, "verdadeira acrópole da nação" (*O Seculo Ilustrado*, 30 de março de 1940: 16).

Já em 1924 Raúl Proença referira, no primeiro volume do *Guia de Portugal*, a necessidade de se inventariar o património natural e construído português. Porém, no âmbito da missão propagandística atribuída pelo Estado Novo aos vários tipos de património, coube a António Ferro, o diretor dos secretariados de propaganda, ao longo de dezasseis anos, implementar uma série de iniciativas que visavam identificar e divulgar *o* património da "Nação", que seria apresentado e acolhido de forma inequívoca, nomeadamente pelos observadores turísticos nacionais e estrangeiros. No ano de 1935 o diretor do Secretariado de Propaganda Nacional protagonizou uma iniciativa de sobremaneira importante na divulgação do novo paradigma político português quando convidou um grupo de intelectuais para um périplo alegadamente turístico através da "Nação". Maurice Maeterlink, Pirandello, Gabriela Mistral e Miguel de Unamuno, entre outros, visitaram, sob a escolta de Ferro, os bairros antigos de Lisboa, o Mosteiro do Jerónimos, Sintra, Viana do Castelo e Guimarães, bem como diversos museus.

Três anos depois, teve lugar uma das iniciativas que, de modo mais assertivo, permitiu ao regime catalogar sobretudo ícones do designado património imaterial. Referimo-nos ao concurso Aldeia Mais Portuguesa de Portugal que, em 1938, incentivou a procura dos símbolos e figurações que, nas palavras dos seus impulsionadores, melhor ilustrassem a essência da "Nação". Representações associadas à faina agrícola, à música, ao artesanato e até à arquitetura e ao mobiliário eram entendidas como expressões validas para exibir o que o "concurso" se propunha catalogar, i.e. os "verdadeiros" ícones perenes de uma comunidade antiga e coesa como seria a portuguesa.

A Exposição do Mundo Português, o grande evento das Comemorações do Duplo Centenário de 1940, e a inauguração do Museu de Arte Popular, em 1948, constituíram mais dois momentos de validação e exibição

daquilo que era considerado como "património" pelo regime de Salazar. Através de recriações "fiéis" da rotina não urbana nacional, o espaço Centro Regional da Exposição do Mundo Português, da responsabilidade de Ferro, expunha inúmeros exemplos de património material e imaterial que deveriam fornecer uma maqueta sólida que elucidasse de forma clara o significado de ser português. Assim, foram construídos espaços emblemáticos de aldeias, com os seus monumentos e símbolos (como pelourinhos) por onde circulavam "habitantes locais" em rotinas profissionais e sociais, ao mesmo tempo que ostentavam e personificavam o património que os identificava como os verdadeiros exemplos da "Nação".

Na abertura do Museu de Arte Popular, António Ferro declarou que o espaço representava um "exemplo de soberania espiritual, da nossa profunda diferenciação, retrato da alma de um povo que não quer renunciar nem à sua graça nem ao seu caracter" (Ferro, 1948), tendo ainda admitido que a ideia da criação de um museu como este tomara novo fôlego com a concretização do Centro Regional de 1940.

Os estudiosos da recuperação patrimonial desenvolvida durante o Estado Novo são unânimes no reconhecimento do caráter eminentemente ideológico que motivava tais ações. Daniel de Melo explica que o regime selecionava, sobretudo, "os castelos, as igrejas e outros monumentos nacionais que simbolizavam uma ligação concreta ao passado histórico edificante, um testemunho do espírito patriótico, um marco da sublimação criadora" (Melo, 1997: 58), enquanto Susana Lobo defende que interessava fundamentalmente recuperar os monumentos medievais, entendidos como testemunhos do nascimento e da consolidação da "Nação" (Lobo, 2006: 32). De acordo com a mesma autora, não havia lugar para equívocos, "clarificavam-se os ideais estéticos identificados com o Regime em projectos de marcada simbologia nacionalista" (ibidem: 33). Também Domingos Bucho destaca a forte motivação política e a forma como era encarada a recuperação das fortificações medievais, entendidas como a materialização

da alma portuguesa (vd. Bucho, 2000: 19). José Rodrigues, por seu turno, recorda que, no meio de tantos ímpetos de recuperação, instigados por motivos fortemente políticos, surgiram inúmeros erros de interpretação artística que acabaram por destruir ou mutilar monumentos de grande significado histórico que foram forçados a adaptar-se a constrangimentos coevos, como foi comum acontecer com a "recuperação" dos templos medievais (vd. Rodrigues, 1999: 75, 76, 79). Se pensarmos na vertente nacionalizante do regime de Salazar não será difícil compreender a necessidade de recuperar, conservar e exibir testemunhos reais do passado e artefactos de arte popular como representações válidas da "Nação". Esta estratégia servia simultaneamente para convencer públicos nacionais e visitantes estrangeiros, já que, como sabemos, a visita e a observação de património constituem rotinas apreciadas e procuradas por turistas.

4. O PATRIMÓNIO AINDA SERÁ DE FERRO?

Em tempos de globalização e num paradigma político diverso daquele anteriormente exposto, urge entender a pertinência do património no contexto atual. Nesse âmbito, importa averiguar qual o papel desempenhado hoje em dia pelas diferentes representações patrimoniais e procurar perceber se ainda é compreendido como nas décadas de Trinta e Quarenta do século XX — i.e. será que o património ainda é de *ferro*?

No congresso O Povo Somos Nós — Repensar o Folclore no Século XXI, organizado em outubro de 2014 pelo Instituto de Estudos de Literatura Tradicional da Universidade Nova de Lisboa, o Professor Jorge Freitas Branco afirmou que o "património é uma nova doença". É, de facto, difícil ignorar a forma como o

património se tornou um tema favorito de diversas vozes, desde as institucionais a outras menos formais, mas que igualmente se transformam em agentes de preservação de diversos tipos de representações patrimoniais, acabando por ser aceites como ícones válidos de identidades comunitárias ou nacionais. Eventualmente fruto de receios de alegadas influências homogeneizantes da globalização, ecoam cada vez mais discursos que manifestam uma vontade acérrima de preservar patrimónios e memórias catalogáveis com o intuito de salvaguardar diferenças e particularidades comunitárias.

Quer o sítio eletrónico da Direção Geral do Património Cultural (http://www.patrimoniocultural.pt/pt/quem-somos/missao/), quer o ponto 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de Dezembro, que especifica as suas atribuições, insistem na missão que este organismo tem de "assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País". A página eletrónica oficial do Secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier, destaca que uma das missões da secretaria consiste em "salvaguardar o património material e imaterial", recorda que a "cultura é um fator de coesão e de identidade nacional, competindo ao Estado apoiar, estimular, promover a criação artística e favorecer o acesso dos cidadãos à cultura" e esclarece que o "Estado não controla a vida cultural" portuguesa (http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/primeiro-ministro/secretarios-de-estado/secretario-de-estado-da- cultura/sobre-o-secretario-de-estado-da-cultura.aspx). Ou seja, a nível oficial, o património é ainda explicado como uma manifestação inequívoca de unidade e identidade nacionais, pelo que o Estado deverá sustentar a sua divulgação, apesar de não ser sua função controlar a dinâmica cultural. Este sedutor discurso oficial entra, porém, em contradição com episódios como, por exemplo, aquele que permitiu a demolição de um imóvel projetado por Cassiano Branco na Avenida Almirante Reis, em Lisboa, em 2013 a favor da construção de uma unidade hoteleira.

No âmbito da recuperação e valorização patrimonial, importa evocar, a título de exemplo, a Associação Renovar a Mouraria, um projeto de revitalização cultural e patrimonial com objetivos de melhoria efetiva das condições de vida local (vd. http://www.renovaramouraria.pt/associacao/). As suas iniciativas têm servido para atrair novos olhares para o bairro e para o reposicionar na tessitura patrimonial contemporânea da globalização, também enquanto uma nova forma de oferta turística mais ao gosto do novo viajante do século XXI.

Enquanto motor fulcral de atração turística, o património continua a convidar visitantes e a condicionar rotas e práticas de lazer. Porém, tal como se verifica suceder, nomeadamente no caso das propostas do projeto Renovar a Mouraria, o património tem, nos últimos tempos, começado a ser exibido aos visitantes e turistas com uma roupagem diferente daquela que, por tradição, o distinguia. Não se trata de procurar novos símbolos, representações ou narrativas patrimoniais, mas antes de apresentar *corpora* identificados e validados em ocasiões institucionais, como aqueles referidos no contexto do Estado Novo, em formas mais adequadas à estética dos novos viajantes. Atualmente, um grande número de lojas de museus e uma elevada quantidade de espaços comerciais dedicados aos turistas já sucumbiram, quanto mais não seja por motivações financeiras, a incluir nos seus escaparates as novas formas mais coloridas e estilizadas de Santo António, Galo de Barcelos ou Andorinhas bordalianas, por exemplo.

CONCLUSÃO

Como afirma David Lowenthal, património é tudo aquilo que identificamos individual ou coletivamente e, por esse motivo, todos os grandes poderes fazem gala em exibi-lo para celebrar o seu alegado caráter único (vd.

Lowenhal, 1996: 41, 47). Tal como nas décadas de Trinta e Quarenta do século passado, no início do século XXI, o património continua a repetir histórias e a "confirmar" identidades, apesar de, em alguns casos, ter havido uma reformulação formal. O património é cada vez mais um *leitmotiv* do discurso político, apesar de, por vezes, a prática contrariar tantas boas intenções, e é motor de inúmeras iniciativas agenciadas em função de diversos propósitos.

Apesar da velocidade do mundo atual, são as infindáveis representações patrimoniais que continuam a materializar as especificidades dos grupos e talvez seja isso que, em última análise, impele à sua preservação e à sua divulgação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Cultura Portuguesa e o Estado (1945). Lisboa: Edições SNI.

Acciaiuoli, Margarida (1998) *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. S/l: Livros Horizonte.

Augé, Marc (2005) *Não-lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Trad. Miguel Serras Pereira. S/l: 90 Graus Editora, Lda.

Bauman, Zygmunt (2000) *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.

Bucho, Domingos José Caldeira Almeida (2000) *Herança Cultural e Práticas do Restauro durante o Estado Novo (Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre)*. Tese de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico. Universidade de Évora.

Cadernos da Revolução Nacional. Portugal de Ontem. Portugal de Hoje. Portugal de Amanhã (s/d). Lisboa: Edições SPN.

Cardozo, Mário (1936) "Museus e monumentos nacionais no desenvolvimento do turismo", in *I Congresso Nacional de Turismo* (1936). IV Secção. Lisboa.

Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas (1948) *15 Anos de Obras Públicas 1932-1947*. S/l.

Constituição Política da República Portuguesa (1955, 10.ª Edição Oficial). Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Ferro, António (1948) Fundação António Quadros, Caixote 015A, Discursos de AF,Envelope III. Informação n.º 1328 SNI.

Gillis, John R. (ed.) (1996) *Commemorations. The politics of national identity*, Princeton: Princeton University Press.

Guia da Exposição de Obras Públicas 1932 1947 (1947). S/l: Soc. Astoria, Lda.

Lobo, Susana (2006) *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Lowenthal, David (1996) "Identity, Heritage, and History", in John R. Gillis (ed.): 41-57.

Melo, Daniel de (1997) *Salazarismo e Cultura Popular (1933-58)*. Dissertação final de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (secção séc. XX). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Neto, Maria João Baptista (2001) *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP.

Pinto, Júlio (1936) "Valorisação Turística do Norte", in *I Congresso Nacional de Turismo*. II Secção.

Prentice, Richard, and Vivien Andersen (2007) "Interpreting heritage essentialisms:Familiarity and felt history", in *Tourism Management*. 28 (2007): 666-676. URL: www.sciencedirect.com.

Proença, Raúl (1924) *Guia de Portugal I. Generalidades Lisboa e Arredores*. Lisboa:

Biblioteca Nacional de Lisboa.

Representação A Sua Excelencia O Presidente Do Ministerio Doutor Antonio De Oliveira Salazar Para Que Seja Construido Em Sagres O Monumento Digno Dos Descobrimentos E Do Infante (1935).

Rodrigues, José (1999) "A Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Restauro dos Monumentos Medievais durante o Estado Novo", in *Caminhos do Património*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte: 69-82.

Salazar, António de Oliveira (1945) [1937] *Discursos e Notas Políticas. Volume Segundo. 1935-1937.* Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.

Santos, Luiz Reis e Carlos Queiroz (1940) *Paisagens e Monumentos de Portugal*. Lisboa, Comemorações Centenárias MCMXL. Lisboa: SPN. Edição da Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários.

Silva, Henrique G. da (1935) "Monumentos Nacionais — Orientação técnica a seguir no seu restauro", in *I Congresso da União Nacional.* Volume IV.

Torres, Manito (1935) "Bases do desenvolvimento e organização do turismo nacional". In *I Congresso da União Nacional. Discursos, teses e comunicações.* Volume II.

JORNAIS E REVISTAS

Diario de Lisbôa. Ano 13.º, N.º 3774, 7 de fevereiro de 1933.

Diario de Lisbôa. Ano 13.º, N.º 3777, 10 de fevereiro de 1933.

Diario de Lisbôa. Ano 13.º, N.º 3857, 8 de agosto de 1933.

Diario de Lisbôa. Ano 17.º. N.º 5198, 10 de maio de 1937.

Diario de Lisbôa. Ano 17.º. N.º 5203, 15 de maio de 1937.

Diario de Lisbôa. Ano 17.º. N.º 5194, 24 de novembro de 1937.

Diário de Notícias. Ano 71.º, N.º 24768, 20 de janeiro de 1935.

O Seculo Ilustrado. Ano I — Número 73. Edição Semanal do Jornal «*O Seculo*". Lisboa, 27 de maio de 1939.

O Seculo Ilustrado. Ano III — Número 117. Edição Semanal do Jornal «*O Seculo*". Lisboa,30 de março de 1940.

Viagem. Revista de Turismo, Divulgação e Cultura. Em colaboração com a C.P. Patrocínio do Conselho Nacional de Turismo. N.º 4. Ano II. Fevereiro de 1941.

LEGISLAÇÃO

Decreto n.º 17:605, 15 de novembro de 1929.

Decreto n.º 21:261, 20 de maio de 1932.

Decreto-lei n.º 28:468, 15 de fevereiro de 1938.

Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de Dezembro.

SÍTIOS ELETRÓNICOS

http://www.patrimoniocultural.pt/pt/quem-somos/missao/(último acesso: 3/11/2014).

http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/primeiro-ministro/secretarios-de-estado/secretario-de-estado-da- cultura/sobre-o-secretario-de-estado-da-cultura.aspx (último acesso: 2/11/2014).

http://www.renovaramouraria.pt/associacao/(último acesso: 3/11/2014).

CÂNDIDA CADAVEZ, Doutorada em Estudos de Literatura e de Cultura, Especialidade: Ciências da Cultura, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a tese *A Bem da Nação. As Representações Turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*.

Voluntária cultural na Fundação António Quadro — Cultura e Pensamento.

Investigadora integrada no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura/Linha: Cultura e Conflito, na Universidade Católica Portuguesa.

Docente na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.